

**Comunicado**

Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998  
 Balanço Patrimonial - Hospital Estadual de Diadema - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - SPDM

**SPDM - Hospital Estadual de Diadema**

CNPJ nº 61.699.567/0005-16

**Nota da Administração**

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais fazem parte o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM, o Parecer da Assembleia dos Associados da SPDM e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis individuais da unidade gerenciada: **SPDM - Hospital Estadual de Diadema**. A Ata de Reunião com o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM e Assembleia Geral dos Associados da SPDM será publicado em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM.

**Relatório da Administração:** Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial encerrado em 31.12.2016 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26.06.1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM por ser uma empresa filantrópica, busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa. Com o objetivo de fiscalizar e acompanhar as atividades da

associação, a SPDM possui um Conselho Fiscal que é responsável pela análise de balanços. Para comprovar a legitimidade dos atos praticados, conta também com a avaliação permanente de uma empresa de auditoria independente contratada nos termos exigidos pela legislação. Face sua certificação como Organização Social de Saúde, a SPDM ainda possui outro órgão fiscalizador que é seu Conselho Administrativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, o qual participa em aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas por ela administradas. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na

área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Com sua inserção na área de Assistência Social a SPDM ampliou sua prestação de serviços em atividades de atendimento e promoção dos direitos das pessoas com deficiência ou com necessidades especiais. São Paulo, 28 de fevereiro de 2017. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da SPDM**

**Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais**

| Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 - Valores em Reais  |                     | 2016                  | 2015                  |
|--|---------------------|-----------------------|-----------------------|
| <b>ATIVO</b>   |                     | <b>2016</b>           | <b>2015</b>           |
| <b>Ativo Circulante</b>  |                     | <b>164.335.853,08</b> | <b>148.285.113,03</b> |
| Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 3.1)   |                     | 913.565,28            | 506.529,88            |
| Caixa  |                     | -                     | -                     |
| Bancos Conta Movimento (nota 3.1)  |                     | 14.593,30             | 22.332,94             |
| Aplicações Financeiras (nota 3.2)  |                     | 898.971,98            | 484.196,94            |
| <b>Contas a Receber (nota 3.3)</b>   |                     | <b>161.198.627,78</b> | <b>145.583.327,91</b> |
| Secretaria Saúde do Estado de São Paulo - HED (nota 3.3.1)   |                     | 116.235.000,00        | 110.400.000,00        |
| Estimativa de Rescisão Contratual (nota 3.3.2)   |                     | 21.661.147,04         | 19.087.324,74         |
| Valores em Negociação - Contrato/Convênio (nota 3.3.3)   |                     | 23.302.480,74         | 16.096.003,17         |
| <b>Outros Créditos (nota 3.4)</b>  |                     | <b>993.577,24</b>     | <b>906.622,20</b>     |
| Adiantamentos a Fornecedores (nota 3.4.1)  |                     | 179.253,05            | 9.993,46              |
| Antecipações Salariais (nota 3.4.2)  |                     | 67.622,49             | 71.839,53             |
| Antecipação de Férias (nota 3.4.3)   |                     | 522.393,93            | 469.243,13            |
| Outros Créditos e Adiantamentos  |                     | 758,69                | 1.583,29              |
| Depósito Judicial (nota 3.4.4)   |                     | 223.549,08            | 353.962,79            |
| <b>Despesas Pagas Antecipadamente (nota 3.5)</b>   |                     | <b>29.694,06</b>      | <b>20.678,25</b>      |
| Prêmios de Seguros e Outros a Vencer (notas 3.5 e 11)  |                     | 29.694,06             | 20.678,25             |
| <b>Estoques (nota 3.6)</b>   |                     | <b>1.200.388,72</b>   | <b>1.267.954,79</b>   |
| Estoque de Material e Medicamentos (notas 3.6 e 3.6.1)   |                     | 1.200.388,72          | 1.267.954,79          |
| <b>Ativo não Circulante</b>  |                     | <b>467.847.917,36</b> | <b>3.776.263,83</b>   |
| Ativo Realizável a Longo Prazo (nota 3.7)  |                     | 464.940.000,00        | -                     |
| Contratos/Convênios Públicos a Receber (nota 3.7)  |                     | 464.940.000,00        | -                     |
| Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros (nota 3.8)   |                     | 2.907.917,36          | 3.776.263,83          |
| Bens Móveis  |                     | 2.907.917,36          | 3.776.263,83          |
| Bens de Terceiros - Hospital Estadual Diadema (nota 3.8)   |                     | 24.002.729,71         | 23.558.352,77         |
| Ajuste Vida Útil - Bens Terceiros (notas 3.8 e 3.8.1)  |                     | (21.094.812,35)       | (19.782.088,94)       |
| <b>Total do Ativo</b>  |                     | <b>632.183.770,44</b> | <b>152.061.376,86</b> |
| As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.  |                     |                       |                       |
| <b>Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais</b>  |                     | <b>2016</b>           | <b>2015</b>           |
| <b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>   |                     |                       |                       |
| <b>Variações nos Ativos e Passivos</b>   |                     |                       |                       |
| (Aumento) Redução em Contas a Receber  | (480.651.270,72)    | 48.281.890,69         | (42.114,41)           |
| (Aumento) Redução em Estoques  | (25.938,42)         | (42.114,41)           |                       |
| Aumento (Redução) em Fornecedores  | 2.837.136,86        | 1.071.521,81          |                       |
| Aumento (Redução) em Contas a Pagar e Provisões  | 478.240.154,82      | (50.151.064,95)       |                       |
| Aumento (Redução) de Bens de Terceiros   | (868.346,47)        | (805.563,92)          |                       |
| <b>Disponibilidades Líquidas Geradas pelas (Aplicadas nas) Atividades Operacionais</b>   | <b>(468.263,93)</b> | <b>(1.645.330,78)</b> |                       |
| <b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos</b>   |                     |                       |                       |
| (-) Adição de Bens de Terceiros  | 875.299,33          | 805.563,92            |                       |
| <b>Disponibilidades Líquidas Geradas pelas (Aplicadas nas) Atividades de Investimentos</b>   | <b>875.299,33</b>   | <b>805.563,92</b>     |                       |
| <b>Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>  |                     |                       |                       |
| <b>No Início do Período</b>  | <b>506.529,88</b>   | <b>1.346.296,74</b>   |                       |
| <b>No Final do Período</b>   | <b>913.565,28</b>   | <b>506.529,88</b>     |                       |
| As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.  |                     |                       |                       |
| <b>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 - Valores em Reais</b>   |                     |                       |                       |
| <b>Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras - Características da Unidade Gerenciada:</b>  |                     |                       |                       |
| Inaugurado em 26 de outubro de 2000, o Hospital Estadual de Diadema é referência de saúde para cerca de 2,5 milhões de pessoas da Região do ABCD, que compreende sete municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. A parceria entre a Secretaria Estadual de Saúde do Estado de São Paulo e a SPDM Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, visa a agilidade dos processos administrativos, com orçamento baseado em metas quantitativas e qualitativas com rígido controle do Estado. Em 24.08.2000, a SPDM e o Estado de São Paulo, por intermédio da SES firmaram o primeiro contrato de gestão, Processo nº 001/0001/000.362/2000, tendo por objeto a operacionalização da gestão e execução pela Contratada, das atividades de serviços de saúde no Hospital Estadual de Diadema, em conformidade com os anexos técnicos que integram este instrumento: a) Anexo técnico I - descrição dos serviços; b) Anexo técnico II - Sistemas de pagamentos; Anexo c) - Indicadores de qualidade. Atualmente, a SPDM Hospital Estadual de Diadema possui contrato de gestão Processo nº 001.0500.000.037/2016, assinado em 20.12.2016 com vigência de 5 (cinco) anos, com o início em 01.01.2017 e término em 31.12.2021, com valor global estimado de R\$ 581.175.000,00. Em 2016, o Hospital Estadual de Diadema recebeu recursos referente ao TA nº 01/2016 no valor total de R\$110.400.000,00 (Cento e dez milhões, e quatrocentos mil reais), destinados especificamente para custeio do hospital, no período de janeiro a dezembro de 2016. O Hospital Estadual de Diadema possui 266 leitos, divididos em UTI (Unidade de terapia intensiva) adulto, UTI Pediátrica, UTI neonatal, clínicas médicas, pediátrica, cirúrgica, obstétrica, berçário e psiquiatria para dependentes químicos. Há um ambulatório de especialidades, posto de coleta e agência transfusional, centro de diagnósticos, pronto-atendimento, reabilitação, centro cirúrgico e centro obstétrico. O Hospital Estadual de Diadema é uma Unidade de média complexidade, de grande porte e referenciada nas seguintes especialidades: • Referência regional para trauma neurocirúrgico e ortopédico de alta complexidade; • Referência regional para cuidado materno-infantil de alto risco; • Referência estadual para cirurgia reparadora de injeção de silicone industrial em transexuais. Outros procedimentos em que se destaca: • Cirurgias vídeo assistidas; • Cirurgia bariátrica com acompanhamento multiprofissional antes e depois da cirurgia realizada com critérios de indicação com protocolo da Sociedade |                     |                       |                       |

| Comparativo das Demonstrações do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais |  | 2016                  | 2015                  |
|--|--|-----------------------|-----------------------|
| <b>1 - Receitas</b>  |  | <b>137.170.315,27</b> | <b>121.415.832,45</b> |
| 1.1) Prestação de Serviços   |  | 115.070.521,98        | 101.207.409,77        |
| 1.2) Outras Receitas   |  | 288.170,59            | 225.851,75            |
| 1.3) Isenção Usufruída sobre Contribuições   |  | 21.811.622,70         | 19.982.570,93         |
| <b>2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)</b>   |  | <b>38.435.891,26</b>  | <b>32.162.085,06</b>  |
| 2.1) Matérias-primas Consumidas  |  | -                     | 2.750,08              |
| 2.2) Custo das Mercadorias Utilizadas nas Prestações de Serviços   |  | 12.629.528,27         | 11.247.500,82         |
| 2.3) Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros  |  | 25.766.741,10         | 20.911.834,16         |
| 2.4) Outros  |  | 39.621,89             | -                     |
| <b>3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)</b>  |  | <b>98.734.424,01</b>  | <b>89.253.747,39</b>  |
| <b>4 - Retenções</b>   |  | <b>-</b>              | <b>-</b>              |
| <b>5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)</b>  |  | <b>98.734.424,01</b>  | <b>89.253.747,39</b>  |
| <b>6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>  |  | <b>559.428,48</b>     | <b>542.292,53</b>     |
| 6.1) Receitas Financeiras  |  | 559.428,48            | 542.292,53            |
| <b>7 - Valor Adicionado Total (5+6)</b>  |  | <b>99.293.852,49</b>  | <b>89.796.039,92</b>  |
| <b>8 - Distribuição do Valor Adicionado</b>  |  | <b>99.293.852,49</b>  | <b>89.796.039,92</b>  |
| 8.1) Pessoal e Encargos  |  | 75.220.539,36         | 68.453.716,86         |
| 8.2) Impostos, Taxas e Contribuições   |  | 9.527,12              | 227,75                |
| 8.3) Juros   |  | 40.385,39             | 218.003,71            |
| 8.4) Aluguéis  |  | 1.568.780,95          | 1.141.520,67          |
| 8.5) Isenção Usufruída sobre Contribuições   |  | 21.811.622,70         | 19.982.570,93         |
| 8.6) Outras Despesas Financeiras   |  | 642.996,97            | -                     |
| 8.7) Déficit ou Superávit do Exercício   |  | -                     | -                     |
| <b>Total do Passivo</b>  |  | <b>632.183.770,44</b> | <b>152.061.376,86</b> |
| <b>Patrimônio Líquido (nota 5)</b>   |  | <b>-</b>              | <b>-</b>              |
| Patrimônio Líquido   |  | -                     | -                     |
| Resultado do Exercício   |  | -                     | -                     |
| <b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>   |  | <b>632.183.770,44</b> | <b>152.061.376,86</b> |
| As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.                                      |  |                       |                       |

| Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais |  | 2016                  | 2015                  |
|---|--|-----------------------|-----------------------|
| <b>Receitas</b>   |  |                       |                       |
| <b>Receita Bruta de Serviços Prestados com Restrições</b>   |  | <b>137.466.573,52</b> | <b>121.754.227,96</b> |
| Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo (nota 4.1)   |  | 115.054.559,80        | 101.207.409,77        |
| Trabalhos Voluntários (nota 9.4)  |  | 15.962,18             | 9.507,38              |
| Financeiras   |  | 559.428,48            | 542.292,53            |
| Doações Recebidas (nota 4.3)  |  | 25.000,36             | 21.954,73             |
| Isenção Usufruída - INSS Serviços Próprios (nota 9.1)   |  | 17.929.279,24         | 16.576.720,70         |
| Isenção Usufruída - INSS Serviços Terceiros (nota 9.2)  |  | 430.706,68            | 360.120,54            |
| Isenção Usufruída - COFINS (nota 9.3)   |  | 3.451.636,78          | 3.036.222,31          |
| <b>(+) Outras Receitas com Restrições</b>   |  | <b>263.170,23</b>     | <b>203.897,02</b>     |
| Outras Receitas   |  | 263.170,23            | 203.897,02            |
| <b>(-) Receita Líquida com Restrições</b>   |  | <b>137.729.743,75</b> | <b>121.958.124,98</b> |
| <b>Custos e Despesas</b>  |  |                       |                       |
| <b>(-) Custos Operacionais com Restrições (nota 4.2)</b>  |  | <b>106.573.699,98</b> | <b>82.633.175,94</b>  |
| (-) Serviços - Pessoal Próprio  |  | 64.867.528,44         | 57.186.047,53         |
| (-) Serviços - Terceiros Pessoa Física  |  | 2.065.992,24          | 1.547.582,32          |
| (-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica  |  | 11.107.611,36         | 9.644.064,59          |
| (-) Manutenção e Conservação  |  | 2.124.461,43          | 3.617.996,98          |
| (-) Mercadorias   |  | 12.629.528,27         | 10.637.456,77         |
| (-) Isenção Usufruída - INSS Serviços Próprios (nota 9.1)   |  | 13.506.512,58         | -                     |
| (-) Isenção Usufruída - INSS Serviços Terceiros (nota 9.2)  |  | 262.538,54            | -                     |
| (-) Tributos  |  | 9.527,12              | 27,75                 |
| <b>(-) Outros Custos</b>  |  | <b>-</b>              | <b>194.172,25</b>     |
| (-) Outros Custos   |  | -                     | 194.172,25            |
| <b>(-) Despesas Operacionais com Restrições (nota 4.2)</b>  |  | <b>30.513.046,80</b>  | <b>39.130.001,74</b>  |
| (-) Serviços - Pessoal Próprio  |  | 10.337.048,74         | 11.267.669,33         |
| (-) Serviços - Terceiros Pessoa Física  |  | 87.541,12             | 253.020,38            |
| (-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica  |  | 6.289.260,51          | 6.058.871,51          |
| (-) Manutenção e Conservação  |  | 3.245.157,50          | 931.819,05            |
| (-) Mercadorias   |  | 2.415.497,89          | 612.794,13            |
| (-) Financeiras   |  | 80.007,28             | 23.056,41             |
| (-) Tributos  |  | -                     | 200,00                |
| (-) Isenção Usufruída - INSS Serviços Próprios (nota 9.1)   |  | 4.422.766,66          | 16.576.720,70         |
| (-) Isenção Usufruída - INSS Serviços Terceiros (nota 9.2)  |  | 168.168,14            | 360.120,54            |
| (-) Isenção Usufruída - COFINS (nota 9.3)   |  | 3.451.636,78          | 3.036.222,31          |
| (-) Trabalho Voluntário (nota 9.4)  |  | 15.962,18             | 9.507,38              |
| <b>(-) Outras Despesas</b>  |  | <b>642.996,97</b>     | <b>775,05</b>         |
| (-) Outras Despesas Financeiras   |  | 642.996,97            | 775,05                |
| <b>(=) Superávit/Déficit do Exercício com Restrições (nota 6)</b>   |  | <b>-</b>              | <b>-</b>              |
| As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.                                     |  |                       |                       |

disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19 de dezembro de 2013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo Cartório de Registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **2.2. Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Estadual de Diadema - Rua José Bonifácio, nº 1.641 - Serraria - Diadema - SP CEP 09980-150 - CNPJ nº 61.699.567/0005-16. 3. Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações:** Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a Resolução nº 1.409/12 (ITG 2002.) e suas alterações. Em 2016 a SPDM ajustou seu plano de contas no sentido de atender aos requisitos da Lei nº 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. Foram reestruturadas as contas dos grupos do Ativo e Passivo para classifica-las em Circulante e Não Circulante conforme determinação legal. As contas do Passivo relacionadas ao fornecimento de materiais e serviços passaram a ser classificadas pelo CNPJ do fornecedor/prestador. A nova estrutura nos possibilitou reclassificar o grupo de despesas para segregá-lo entre Custos, para contemplar atividades diretamente ligadas à atividade fim, e Despesas com atividades de suporte administrativo. Para suportar as novas contas foram realizados ajustes entre as contas contábeis de modo a permitir a correta transferência de saldos bem como garantir sua exatidão no SPED, sistema de escrituração digital do governo federal. **3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC - TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC - TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.

|  |  | R\$               |                   |
|--|--|-------------------|-------------------|
|  |  | 31.12.2016        | 31.12.2015        |
| Saldos em Caixa  |  | -                 | -                 |
| Saldos em Bancos   |  | 14.593,30         | 22.332,94         |
| Aplicações Financeira  |  | 898.971,98        | 484.196,94        |
| <b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>   |  | <b>913.565,28</b> | <b>506.529,88</b> |
| Os recursos financeiros disponíveis para o Hospital Estadual de Diadema são mantidos em conta corrente bancária oficial e representam em 31.12.2016 o montante de R\$ 913.565,28. <b>3.2. Aplicações Financeiras:</b> As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. Para valores da SPDM como um todo, estão apresentados valores sem restrição, ou seja, da própria SPDM e valores com restrição os quais se encontram aplicados por força de convênios e contratos de gestão, cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM. |  |                   |                   |

continua...

| Instituição     | Tipo de Aplicação (**) | Taxa %        | 31.12.2016        |
|-----------------|------------------------|---------------|-------------------|
| Banco do Brasil | CDB                    | Rentabilidade | 898.454,12        |
|                 |                        | Mês: 0,87%    |                   |
| Banco do Brasil | Poupança (*)           | Rentabilidade | 517,86            |
|                 |                        | Mês: (*)      |                   |
| <b>Total</b>    |                        |               | <b>898.971,98</b> |

(\*) A rentabilidade da Poupança está atrelada as regras do sistema financeiro nacional. (\*\*) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitir que a qualquer momento sem a perda dos juros transcorridos, possa-se resgatar o valor integral informado no extrato. **3.3. Contas a Receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme a Resolução 1.305/10 - NBC TG 07 (R1) e conforme Resolução 1.409/12 - ITG 2002(R1), a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referente às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Subvenção e Assistência Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **3.3.1. Valores a Receber:** Os valores registrados nesta conta correspondem/representam valores a receber de curto prazo, relativos ao contrato de gestão nº 001.0500.000.037/2016, proveniente da SES. Em 31.12.2016 os valores a receber da SES totalizaram R\$ 116.235.000,00. **3.3.2. Estimativa Rescisão Contratual:** A entidade passou a adotar em sua plenitude a Resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 26 da Resolução 1.409/12, que trata de contas de compensação. A unidade gerenciada constituiu possível estimativa de rescisão contratual entre a SPDM e SES. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2016, para fins de recolhimento de FGTS (50% Multa) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

| Estimativas de Rescisão Contratual | Saldo em 31.12.2016      |
|------------------------------------|--------------------------|
| Aviso Prévio Indenizado            | R\$ 7.253.024,08         |
| Multa 50% FGTS                     | R\$ 14.408.122,96        |
| <b>Total</b>                       | <b>R\$ 21.661.147,04</b> |

**3.3.3. Valores em Negociação Contrato/Convênio:** Representam outros valores a receber, relacionados à atividade operacional da instituição, correspondente a valores resultantes do resultado deficitário da unidade gerenciada, oriundos de contratos de gestão ou convênios gerenciados pela Entidade. Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Resolução CFC 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 17 e 27 (d), para registrar valores que serão restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do contrato/convênio, a título de reequilíbrio econômico da instituição. A instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representam o objeto principal da entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Essência sobre a Forma. **3.4. Outros Créditos:** Representam valores e outras contas a receber, normal-

Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

#### Demonstrativo da Movimentação de Bens do Ativo Imobilizado em 2016

| Descrição  | Posição em 31.12.2016 | Aquisição         | Baixa | Posição em 31.12.2015 |
|--|-----------------------|-------------------|-------|-----------------------|
| <b>Imobilizado - Bens de Terceiros</b>                                       | <b>24.002.729,71</b>  | <b>444.376,94</b> | -     | <b>23.558.352,77</b>  |
| <b>Bens Móveis</b>   | <b>24.002.729,71</b>  | <b>444.376,94</b> | -     | <b>23.558.352,77</b>  |
| <b>Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos Odontológicos Laboratoriais</b> | <b>17.505.646,96</b>  | <b>91.840,98</b>  | -     | <b>17.413.805,98</b>  |
| Equipamentos Proteção/Segurança/Socorro                                      | 26.706,00             | -                 | -     | 26.706,00             |
| Equipamentos Processamento de Dados  | 1.624.545,16          | 65.896,81         | -     | 1.558.648,35          |
| Mobiliário em Geral  | 2.032.479,04          | 134.377,57        | -     | 1.898.101,47          |
| Máquinas e Utensílios e Equipamentos Diversos                                | 1.423.045,57          | 106.178,60        | -     | 1.316.866,97          |
| Veículos de Tração Mecânica  | 212.408,30            | -                 | -     | 212.408,30            |
| Aparelhos de Medição   | 99.016,42             | -                 | -     | 99.016,42             |
| Aparelhos e Equipamentos de Comunicação                                      | 26.296,10             | -                 | -     | 26.296,10             |
| Aparelhos e Utensílios Domésticos  | 293.587,21            | 46.082,98         | -     | 247.504,23            |
| Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial                               | 538.977,13            | -                 | -     | 538.977,13            |
| Máquinas e Equipamentos Energéticos  | 52.500,00             | -                 | -     | 52.500,00             |
| Máquinas e Equipamentos Gráficos   | 19.355,00             | -                 | -     | 19.355,00             |
| Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto  | 58.251,16             | -                 | -     | 58.251,16             |
| Máquinas e Utensílios de Escritório  | 8.251,40              | -                 | -     | 8.251,40              |
| Máquinas Ferramentas e Utensílios de Oficina                                 | 15.429,08             | -                 | -     | 15.429,08             |
| Softwares  | 66.235,18             | -                 | -     | 66.235,18             |
| <b>Total Imobilizado - Terceiros</b>   | <b>24.002.729,71</b>  | <b>444.376,94</b> | -     | <b>23.558.352,77</b>  |

#### Demonstrativo da Movimentação do Imobilizado em 2016

| Descrição  | Posição em 31.12.2016  | Baixa | Ajuste Vida Útil      | Posição em 31.12.2015  | Médias de Ajuste |
|--|------------------------|-------|-----------------------|------------------------|------------------|
| <b>Ajuste Vida Útil Econômica de Bens de Terceiros</b>                       | <b>(21.094.812,35)</b> | -     | <b>(1.312.723,41)</b> | <b>(19.782.088,94)</b> | %                |
| <b>Bens Móveis</b>   | <b>(21.094.812,35)</b> | -     | <b>(1.312.723,41)</b> | <b>(19.782.088,94)</b> |                  |
| <b>Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos Odontológicos Laboratoriais</b> | <b>(15.161.609,12)</b> | -     | <b>(1.147.776,89)</b> | <b>(14.013.832,23)</b> | 10,00            |
| Equipamentos Proteção/Segurança/Socorro                                      | (26.706,00)            | -     | (2.465,68)            | (24.240,32)            | 10,00            |
| Equipamentos Processamento de Dados  | (1.523.018,91)         | -     | (35.411,95)           | (1.487.606,96)         | 20,00            |
| Mobiliário em Geral  | (1.828.379,67)         | -     | (70.683,41)           | (1.757.696,26)         | 10,00            |
| Máquinas e Utensílios e Equipamentos Diversos                                | (1.328.379,93)         | -     | (12.766,99)           | (1.315.612,94)         | 10,00            |
| Veículos de Tração Mecânica  | (212.408,30)           | -     | -                     | (212.408,30)           | 20,00            |
| Aparelhos de Medição   | (86.041,48)            | -     | (6.796,44)            | (79.245,04)            | 10,00            |
| Aparelhos e Equipamentos de Comunicação                                      | (19.833,86)            | -     | (2.149,68)            | (17.684,18)            | 10,00            |
| Aparelhos e Utensílios Domésticos  | (207.279,08)           | -     | (18.606,05)           | (188.673,03)           | 10,00            |
| Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial                               | (527.973,81)           | -     | (1.401,72)            | (526.572,09)           | 10,00            |
| Máquinas e Equipamentos Energéticos  | (52.500,00)            | -     | -                     | (52.500,00)            | 10,00            |
| Máquinas e Equipamentos Gráficos   | (19.355,00)            | -     | -                     | (19.355,00)            | 10,00            |
| Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto  | (58.251,16)            | -     | -                     | (58.251,16)            | 10,00            |
| Máquinas e Utensílios de Escritório  | (8.251,40)             | -     | -                     | (8.251,40)             | 10,00            |
| Máquinas Ferramentas e Utensílios de Oficina                                 | (14.643,67)            | -     | (1.417,56)            | (13.226,11)            | 10,00            |
| Softwares  | (20.180,96)            | -     | (13.247,04)           | (6.933,92)             | 10,00            |
| <b>Total do Ajuste Acumulado</b>   | <b>(21.094.812,35)</b> | -     | <b>(1.312.723,41)</b> | <b>(19.782.088,94)</b> |                  |

O valor das aquisições adquiridos com os recursos do Contrato de Gestão no ano de 2016, totalizaram R\$ 444.376,94, dos quais solicitamos a Secretaria da Saúde os Termos de Permissão de Uso dos Bens Móveis, Equipamentos médico-hospitalares, softwares e equipamentos de informática, com exclusiva finalidade de sua utilização na realização de atividades e serviços de saúde. **3.8.1. Ajuste do Tempo de Vida Útil:** A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em notas explicativas (3.8. Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado. **3.9. Fornecedores:** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **3.10. Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros, pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionada a contratos de prestação de serviços médicos e não-médicos, tais como: Anestesia, Ginecologia/Obstetrícia, UTI Infantil, remoção de pacientes, limpeza, lavanderia e portaria. **3.11. Salários a Pagar:** De acordo com o artigo 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.12. Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS e PIS. **3.13. Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

| Descrição                     | 31.12.2016   | 31.12.2015   |
|-------------------------------|--------------|--------------|
| Provisão de Férias            | 6.574.579,84 | 5.953.740,08 |
| Provisão de FGTS sobre Férias | 525.632,77   | 476.299,21   |
| Provisão de PIS sobre Férias  | 65.748,98    | -            |

**3.14. Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT e serviços médicos prestados e ISS sobre serviços médicos prestados. **3.15. Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do artigo 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o saldo contabilizado em 2016 totalizou R\$ 166.071,38 e, em 2015, R\$ 149.479,59. **3.16. Empréstimos a Funcionários:** A Lei nº 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT),

mente não relacionadas com o objeto principal da instituição. **3.4.1. Adiantamento a Fornecedores:** Os valores classificados como adiantamento a fornecedores referem-se a adiantamentos operacionais a fornecedores de materiais hospitalares, prestador de serviços e fornecedor de benefícios como seguro de vida e previdência. O saldo em 2016 foi de R\$ 179.253,05. **3.4.2. Antecipação Salarial:** Os valores registrados em antecipação salarial representam antecipações realizadas a títulos rescisórios ou por força da legislação trabalhista (CLT). **3.4.3. Antecipação de Férias:** A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação trabalhista e totalizam em 31.12.2016, R\$ 522.393,93. **3.4.4. Depósito Judicial:** Os valores mantidos em depósito judicial estão amparados por processos trabalhistas e totalizam em 31.12.2016, R\$ 223.549,08. **3.5. Despesas Pagas Antecipadamente:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **3.6. Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, gêneros alimentícios e materiais de terceiros até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escrutado em estoques no exercício de 2016 é de R\$ 1.200.388,72.

| Tipo                                      | Valores em Reais    |                     |
|---|---------------------|---------------------|
|   | 31.12.2016          | 31.12.2015          |
| Materiais Utilizados no Setor de Nutrição | 103.680,92          | 50.674,28           |
| Materiais Utilizados no Setor de Farmácia | 417.434,94          | 372.016,39          |
| Materiais de Almoarifado                  | 424.645,50          | 524.103,39          |
| Materiais de Terceiros                    | 220.376,57          | 279.956,54          |
| Materiais Consignados                     | 34.250,79           | 41.203,65           |
| <b>Total</b>                              | <b>1.200.388,72</b> | <b>1.267.954,79</b> |

**3.6.1. Materiais de Terceiros e Consignados:** O Hospital Estadual de Diadema possui materiais recebidos de terceiros no valor de (R\$ 220.376,57) para compor o atendimento emergencial da unidade, além de outros materiais consignados no valor de (R\$ 34.250,79) que integram o estoque e são reconhecidos em contas de ativo e passivo circulantes. **3.7. Valores a Receber (Ativo Não Circulante):** Os valores registrados nesta conta em 2016, representam valores a receber de longo prazo, relativos ao Contrato de Gestão nº 001.0500.000.037/2016, proveniente da Secretária de Saúde do Estado de São Paulo, e totalizaram R\$ 464.940.000,00. **3.8 - Imobilizado - Bens de Terceiros** O imobilizado da SPDM - Hospital Estadual de Diadema é composto por bens de terceiros, os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão para os quais a instituição aguarda o termo de permissão de uso fornecido pela SES.

permittindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados. A instituição oferece aos seus funcionários o crédito consignado com o Banco Bradesco S.A., com desconto em folha. O montante contabilizado em 31.12.2016 representa R\$ 21.815,17. **3.17. Outras Contas a Pagar:** Os valores evidenciados em outras contas a pagar, referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição, ou ainda, aqueles valores não usuais a atividade principal da instituição. **3.18. Materiais de Terceiros em Nosso Poder:** Representam valores relativos a materiais recebidos de terceiros em nosso poder. Em 31.12.2016 esses valores totalizaram R\$ 92.743,03. **3.19. Convênios/Contratos Públicos a Realizar (Circulante e Não Circulante):** De acordo com a Resolução 1.305/10 (NBC TG 07 R1) Item 15A e Resolução nº 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em curto prazo em 31.12.2016 representa R\$ 115.332.802,00 (Cento e quinze milhões, trezentos e trinta e dois mil, oitocentos e dois reais), e a realizar em longo prazo representa R\$ 464.940.000,00 (Quatrocentos e sessenta e quatro milhões, e novecentos e quarenta mil reais). **3.20. Obrigações com Materiais de Terceiros:** O Hospital Estadual de Diadema possui materiais consignados no valor de R\$ 34.250,79 que integram o estoque e são reconhecidos em contas de ativo e passivo circulantes. **3.21. Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, os quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.21.1. Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios eco-

nômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM por vezes são acionadas em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórios, quantos processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Para processos onde a possibilidade de perda em 31.12.2016 era tida como provável, foi constituída a provisão nas contas de passivo. O montante para o mesmo tipo de ação cível, onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 177.329.511,90 (Cento e setenta e sete milhões, trezentos e vinte e nove mil, quinhentos e onze reais e noventa centavos). Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2016, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 3.049.927,43 (Três milhões, quarenta e nove mil, novecentos e vinte e sete reais e quarenta e sete centavos).

#### Contingências Passivas

| Provável   | Contingências Passivas |            | Cível Possível |
|------------|------------------------|------------|----------------|
|            | Trabalhista            | Possível   |                |
| 572.039,60 | 3049.927,43            | 865.240,98 | 177.329.511,90 |

**3.21.2. Contingências Ativas:** Em atendimento ao Princípio do Conservadorismo (Prudência) as contingências ativas não devem ser contabilizadas enquanto não estiver efetivamente assegurada a sua obtenção em decisão final para a qual não caibam mais quaisquer recursos. Mesmo nas situações em que a probabilidade seja favorável, isto não é suficiente para dar base ao reconhecimento do ganho contingente, uma vez que esta não assegura uma decisão final favorável à instituição. Em 2016, com relação às execuções cíveis, cuja probabilidade de perda era tida como provável, o montante foi de R\$ 67.765,00 (Sessenta e sete mil e setecentos e sessenta e cinco reais). **3.22. Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valores históricos, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. Com referência a outros passivos exigíveis, a Entidade está se valendo de Medidas Liminares - Tutelas Antecipadas obtidas na justiça federal, que suspendem a exigibilidade do Hospital Estadual de Diadema, de estar recolhendo PIS sobre a folha de pagamento a alíquota de 1%/mês. Recentemente, em 2014, a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) foi reafirmada em sessão plenária quanto à imunidade tributária das entidades filantrópicas em relação ao Programa de Integração Social (PIS). A matéria foi discutida no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 636941, que teve repercussão geral reconhecida. Desta forma, entende o STF que entidades filantrópicas portadoras do CEBAS, fazem jus a imunidade sobre contribuição para o PIS. **3.23. Apuração do Resultado:** Conforme Resolução nº 1.305/10 (NBC TG 07 R1), Item 12 e 15A, o resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas e despesas são confrontadas ao final do exercício, de maneira que o resultado apurado será sempre "zero". Portanto a apuração do resultado não interfere no Patrimônio Líquido da instituição. **4. Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1. Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimentos das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07(R-1), Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.2. Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **4.3. Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2016 a Instituição recebeu em doações um total de R\$ 25.000,36 (Vinte e cinco mil reais e trinta e seis centavos), enquanto que em 2015 foi de R\$ 21.954,73. **4.4. Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC nº 1.305/10 - NBC TG 07(R1) na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2016, a Associação recebeu Assistências Governamentais Estaduais conforme quadro abaixo:

#### CNPJ nº 61.699.567.0005/16

| Contrato de Gestão                             | R\$            |
|--|----------------|
| Contrato nº 001.0500.000.075/2011 - TA 01/2016 | 110.400.000,00 |

**5. Patrimônio Líquido:** Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2012, e descrito em notas explicativas dos anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1.305/10 e 1.409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O Patrimônio Líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1.409/12 - ITG 2002(R1) Item 11 e 12 e CFC 1.305/10 - NBC TG 07(R1) Itens 12 e 15A, que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Subvenção e Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2015 e 2016, respectivamente. **6. Resultado Operacional:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução TG 07(R1) - (NBC TG 07 R1), Item 12 e 15A, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado, de receitas e despesas compensadas em bases sistemáticas. Em 2016, a instituição reconheceu repasses e outras receitas no montante de R\$ 111.247.599,07 (Cento e onze milhões, duzentos e quarenta e sete mil, quinhentos e noventa e nove reais e sete centavos) esses recursos foram aplicados na atividade operacional e assistencial da unidade, considerando custos e despesas operacionais no período, totalizando um montante de R\$ 115.902.158,87 (Cento e quinze milhões, novecentos e dois mil, cento e cinquenta e oito reais e oitenta e sete centavos). Dessa forma,

...continuação  
se houvesse apuração do resultado operacional, a instituição encerraria o exercício com um resultado deficitário de R\$ 4.654.559,80 (Quatro milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos). O resultado deficitário ficará consignado em conta específica do ativo, denominada "valores em negociação contrato/convenção", ao final do contrato de gestão. Cabe ressaltar que mesmo diante da crise financeira, o Hospital Estadual de Diadema cumpriu integralmente todas as metas assistenciais e de qualidade pactuadas no Contrato de Gestão, manteve a Acreditação Qmentum conquistada em 2015 e obteve em 2016 a Recertificação da Acreditação ONA Nível 3, e no desempenho assistencial sua produção cirúrgica total aumentou 15% em relação a 2015 e em cirurgias de alta complexidade como Neurocirurgia e Ortopedia, o aumento foi de 62% e 38% respectivamente. O aumento da demanda assistencial contribuiu para o aumento dos custos assistenciais, entretanto, a unidade tem se esforçado na redução de despesas com pessoal e outras ações no gerenciamento e otimização de recursos, além de boas práticas de gestão administrativa, visando a economicidade dos serviços, sem prejuízo da assistência, da qualidade e segurança do paciente. A que se considerar que a unidade hospitalar, em 2016, não sofreu reajustes inflacionários em seus instrumentos, tão pouco, esses valores tem acompanhado os indicadores de mercado, tais como reajustes de salários da categoria. **7. Das Disposições da Lei nº 12.101 e Portaria 834/16 MS:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei nº 12.101 de 27 de Novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868/14 regulamentada pelo Decreto 8.242/14 tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com a mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ele vinculados. O Hospital Estadual de Diadema apresentou em 2016, a seguinte produção:

| SPDM - Hospital Estadual de Diadema                            |               |
|--|---------------|
| Produção - 2016  |               |
| Linha de Atendimento   | SUS           |
| <b>Internações</b>   |               |
| Saída Hospitalar   | 11.371        |
| Nº de Paciente Dia   | 67.204        |
| Nº de Cirurgias  | 4.269         |
| Nº de Partos   | 2.643         |
| <b>Diárias de UTI - Total</b>                                  | <b>1.029</b>  |
| <b>Internação/Atendimento Domiciliar</b>                       |               |
| <b>Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)</b> |               |
| Consulta/Atendimento de Urgência (PA)                          | 26.189        |
| <b>Atendimento Ambulatorial - Total</b>                        | <b>86.244</b> |
| Consulta Médica  | 63.933        |
| Atendimento não Médico   | 22.311        |
| HDI/Cirurgia Ambulatorial                                      | 2.731         |
| <b>SADT - Total</b>  | <b>29.202</b> |

**8. Relatório de Execução Contrato de Gestão:** O Hospital Estadual de Diadema apresentou no ano de 2016, os seguintes dados contratado e realizado mediante contrato de gestão:

**Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Presidente da SPDM

| Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2016  |               |               |               |               |               |               |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Linha de Contratação  | 1º Semestre   |               | 2º Semestre   |               | Total 2016    |               |
|   | Contra-tado   | Realizado     | Contra-tado   | Realizado     | Contra-tado   | Realizado     |
| <b>Internações</b>  |               |               |               |               |               |               |
| <b>Saída Hospitalar - Total</b>   | <b>5.556</b>  | <b>5.758</b>  | <b>5.556</b>  | <b>5.613</b>  | <b>11.112</b> | <b>11.371</b> |
| Saída Hospitalar (Exceto Clínica Cirúrgica)   | 3.540         | 3.691         | 3.540         | 3.411         | 7.080         | 7.102         |
| Saída Hospitalar - Clínica Cirúrgica  | 2.016         | 2.067         | 2.016         | 2.202         | 4.032         | 4.269         |
| <b>HDI/Cirurgia Ambulatorial - Total</b>  | <b>1.452</b>  | <b>1.392</b>  | <b>1.452</b>  | <b>1.339</b>  | <b>2.904</b>  | <b>2.731</b>  |
| <b>Pronto Socorro/ Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)</b>   |               |               |               |               |               |               |
| Consulta de Urgência  | 11.448        | 13.655        | 11.448        | 12.534        | 22.896        | 26.189        |
| <b>Atendimento Ambulatorial - Total</b>   | <b>43.062</b> | <b>41.182</b> | <b>43.062</b> | <b>45.062</b> | <b>86.124</b> | <b>86.244</b> |
| Consulta Médica - Total   | 34.050        | 30.229        | 34.050        | 33.704        | 68.100        | 63.933        |
| Atendimento não Médico - Total  | 9.012         | 10.953        | 9.012         | 11.358        | 18.024        | 22.311        |
| <b>SADT Externo - Total</b>   | <b>14.460</b> | <b>15.704</b> | <b>14.460</b> | <b>13.498</b> | <b>28.920</b> | <b>29.202</b> |
| <b>9. Contribuições Sociais:</b> Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei nº 12.101 de 27.11.2009 alterada pela Lei nº 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à Portaria 834/16 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.153024/2014-03MS, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 20 de agosto de 2014, a Entidade protocolou junto ao MS seu pedido de renovação do certificado o qual aguarda deferimento através do processo nº 25000.153024/2014-03. Em 02 de setembro de 2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a Resolução nº 1.409/12 - ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do terceiro setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834/16, a qual dispõe sobre o processo de certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observados prioritariamente: - Demonstrações do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "c"). Para cumprir o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. <b>9.1. Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a Folha de Pagamento de Empregados:</b> Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei nº 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2016, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica monta em R\$ 17.929.279,24. Em 2015, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 16.576.720,70. |               |               |               |               |               |               |

**Dr. Mário Hideo Kono** - Diretor Técnico

**9.2. Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a Folha de Pagamento por Serviços de Terceiros:** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por serviços de terceiros pessoa física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2016 atingiu um montante de R\$ 430.706,68. Em 2015 o referido valor de receita totalizou R\$ 360.120,54. **9.3. Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2016 foi de R\$ 3.451.636,78. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2015, esse montante foi de R\$ 3.036.222,31. **9.4. Trabalho Voluntário:** Em 02.09.2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a Resolução nº 1.409/12 - ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, norma que regulamenta a contabilidade das Entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizada pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outros trabalhos voluntários. Em 2016, o trabalho voluntário representou R\$ 15.962,18 (Quinze mil novecentos e sessenta e dois reais e dezoito centavos). Em 2015, o trabalho voluntário representou R\$ 9.507,38 (Nove mil quinhentos e sete reais e trinta e oito centavos). **10. Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC nº 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontada as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) pois os demais não se enquadraram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela Resolução nº 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **11. Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para a cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil da Continuidade. **12. Exercício Social:** Conforme estabelece o artigo 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de dezembro de 2016.

**Flávio Elias Rezende** - Contador - CRC 15P 277.978/O-9

**Ata da 26ª Reunião do Conselho Administrativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina:** Data, Horário e Local: Aos 18º dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às 08h30, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro e Dr. Agenor Pares regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas:** Convidados: **Suplentes:** Prof. Drs. Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur, Srs. Ênio Santos e Sr. Alexandre Chiaratti. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior de 11 de novembro de 2016, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2016 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM. Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. **Ordem do Dia: Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 Consolidado da SPDM-Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina: de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas

**Relatório dos Auditores Independentes:** Opinião: Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Estadual de Diadema que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos: Demonstração do Valor Adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis:** A administração é

responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta

ciência Visual, Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Hospital Municipal Barueri Dr. Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), as unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) onde são partes PAIS (ADM) o PAIS Rede Assistencial Vila Formosa, Carrão, Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assistencial-STs Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assistencial-STs Perus/Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assistencial do Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PABSF Americana (AMERICANA), UPA Engenharia de Dentro (ENG. DENTRO), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO) o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF), UPA João XXIII A.P. 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (A.P. 3.2), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0), PAIS - UPA Seteibá (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST EVENT), Coordenadoria de Emergência Regional do Leblon - A.P. 2.1 (Leblon 2.1), e o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU). Dr. Ronaldo passou a palavra ao Sr. Ênio Santos que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2016. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 18 de abril de 2017. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira, Prof. Dr. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro, Dr. Agenor Pares.

a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 30 de março de 2017. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3.** Ricardo Roberto Monello - Contador CRC/SP 161.144/O-3 - CNAI-SP-1619 - Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador CRC/SP 187.003/O-0 CNAI-SP-1620